

# Alerta na construção civil

O setor da construção civil, que emprega milhares de pessoas no País, foi um dos mais afetados pela recente crise econômica. Diz-se, com muita razão, que, dadas as características da atividade, principalmente a necessidade de financiamento público e privado e longo ciclo de produção, ele acaba sendo rapidamente afetado em processos recessivos e sua retomada é difícil e exige muito tempo.

No Brasil foi atingido tanto a área pública - as contratações de obras foram reduzidas em função da falta de recursos à disposição pelos diferentes níveis de governo - quanto o mercado imobiliário. Os compradores desapareceram dos plantões de venda, diante do desemprego e da queda na renda, além do receio natural em assumir compromissos financeiros de longo prazo. Muitos negócios acabaram desfeitos - os chamados distratos - provocando enormes desequilíbrios para incorporadoras e construtoras.

Foram dispensados milhares de trabalhadores, de engenheiros a ajudantes em obras. A situação ainda não se normalizou na área, e os problemas persistem. Um dos segmentos que trouxe alguma perspectiva para o mercado foi o da habitação popular. Grandes empresas especializaram-se em oferecer projetos para o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), e assim puderam sobreviver e ao mesmo tempo contribuir para o atendimento da demanda social por habitações.

O panorama atual é de muita preo-

cupação na área. O contingenciamento de recursos, determinado pelo governo federal no início deste ano, atingiu o Programa, especialmente nas faixas de renda menor, nas quais há subsídio para as famílias, notadamente na faixa 1, destinada a famílias com renda de até R\$ 1.800 mensais, no qual 90% do valor dos imóveis depende de repasses de recursos do Orçamento, por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Já há cerca de R\$ 550 milhões de desembolsos atrasados, e o governo decidiu liberar R\$ 800 milhões adicionais para o Minha Casa, Minha Vida, mas isso não será suficiente. Há temores que as obras correspondentes possam vir a ser paralisadas em maio, com incertezas generalizadas no setor. Se isso se concretizar, o mercado imobiliário será afetado em cheio, com reflexo em construtoras de grande porte que atuam no Programa. Ressalte-se que metade das unidades lançadas na cidade de São Paulo em 2018 pertencia ao MCMV.

A atividade econômica depende de confiança, tanto de empresários como de consumidores. Se o Programa for abalado, sua recuperação será extremamente lenta e difícil, já que será interrompida a procura por terrenos e projetos serão adiados (ou cancelados). É fundamental, portanto, que a situação seja revertida, rapidamente. Não se trata do mercado imobiliário apenas: está em jogo o futuro da habitação popular no Brasil, a exigir prioridade e solução imediata.

# Hora da verdade

A reforma da Previdência foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O placar - 48 votos a favor, 18 contrários - revela que a proposta conseguiu apoio significativo, embora represente apenas a primeira etapa de longa (e difícil) tramitação. Na realidade, o projeto passou apenas pelo crivo da admissibilidade, e somente agora começará a discussão de seu mérito.

Ficou claro, porém, que a negociação será fundamental para o êxito da reforma. Na CCJ, o ambiente ficou tenso e a aprovação só foi alcançada após o governo ceder em quatro pontos da proposta original, sem grande impacto fiscal, como manter a obrigatoriedade do pagamento da multa de 40% do FGTS e do recolhimento de fundo do trabalhador aposentado que voltar ou continuar no mercado de trabalho. Isso não é comum ocorrer na admissibilidade de projetos, mas acabou imposto pelo Centrão, notadamente o PP e o PR, que condicionaram seu voto favorável à retirada desses itens da reforma.

As dificuldades para votar e os tumultos na CCJ mostraram problemas na articulação do governo, enquanto a oposição insiste em obstrução sistemática, sem oferecer alternativas ao projeto. Fica, portanto, evidente que sua aprovação dependerá fundamentalmente do centro político, com o qual o Palácio do Planalto tem que necessariamente dialogar e negociar. Recorrer a redes sociais para pressionar parlamenta-

res é estratégia equivocada, que não trará resultados práticos.

É preciso calma, firmeza e determinação na condução do processo a partir de agora. O ambiente é favorável à aprovação da reforma, mas ela não acontecerá de modo espontâneo. Instituições financeiras e consultorias já reconhecem que haverá mudanças e certo grau de desidratação da proposta original, com redução da economia prevista pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, estimada em R\$ 1,1 trilhão em dez anos.

É admitido como certo que as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atinge idosos carentes e pessoas deficientes, e na aposentadoria rural não irão acontecer. Outros pontos, porém, serão objeto de acaloradas discussões e de emendas na Comissão Especial que será instalada para discutir a reforma, como o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria e da idade mínima para mulheres. As pressões dos servidores públicos serão grandes, e a bancada do agronegócio, o maior grupo interpartidário da Câmara, aumenta a dificuldade de aprovar qualquer alteração que implique em maiores contribuições por parte dos produtores rurais no sistema previdenciário.

Já se fala que a economia será reduzida para R\$ 650 bilhões. É cedo para que números sejam estabelecidos com segurança, mas é certo que o governo terá que negociar, e ceder, para aprovar a reforma da Previdência.

## DO LEITOR

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

### E-MAIL

leitor@atribuna.com.br

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Telefone: (13) 99674-1390

### REDAÇÃO

Rua João Pessoa, 350, Santos, São Paulo. CEP 11013-002

## Amigos de verdade

Desde muito jovem sempre tive vários amigos negros, e senti saudades dessa época e, confesso, até chorei ao lembrar-me deles. Eram amigos com A maiúsculo, todos com apelidos carinhosos. Tinoco, meu companheiro de pescarias e de futebol; Chico Preto, também de futebol; Vilácio, pugilista, e toda a sua família, sempre disposta a ajudar; Biá, esbelto, corria como uma lebre - nem ele sabia que corria tanto. E vários outros, todos do Marapé. Atualmente, Damião, colega de trabalho e companheiro de pescarias nos finais de semana; Nelson Mandela, meu ídolo por sua coragem, perseverança, atitudes de homem, também com H maiúsculo, e que foi e sempre será referência e meu espelho. Com o meu respeito a todos, estejam onde estiverem, o meu abraço de saudades.

NELSON TEIXEIRA - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LUSÍADA E REITOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA (UNILUS)

## Obras na Ponta da Praia

Gostaria de dar parabéns ao dr. Jose Vitor Teixeira, da 1ª Vara da Fazenda de Santos, por não ter se curvado aos caprichos dos representantes do Ministério Público Estadual (MPE). Afirimo isto porque até então estávamos reféns da ditadura do MPE, com a complacência do judiciário santista. No verão passado, após conse-

guir todas as licenças ambientais exigidas, a Prefeitura teve que paralisar as obras de construção de um dique na Ponta da Praia devido a uma liminar, que, depois de algumas semanas, foi derubada pelo TJ. Na mesma época, depois de cumprir todas as exigências de importadores e vigilância sanitária, pecuaristas tentaram embarcar milhares de cabeças de gado para o Oriente Médio. Mais uma vez o Ministério Público, induzido por ONGs, pediu e o Judiciário impediu que o navio saísse do cais. Era intenso o odor do gado confinado, suas fezes levaram desconforto à cidade. Após alguns dias a liminar foi derrubada pelo TJ. Seria interessante que os juizes de nossa comarca tivessem mais cuidado ao conceder liminares, principalmente a respeito de assuntos públicos e de grande impacto para a população.

CARLOS ALBERTO ÁVILA - SANTOS

## Torres de Alta tensão

Esta é resposta à carta da Prefeitura de Santos publicada no dia 23 de abril de 2019. Eu nunca afirmei que a Prefeitura de Santos foi responsável pela questão. A CPFL é que informou que não existia necessidade de estudo para o ramal BTP de 88 KV. A CPFL também informou que o projeto foi elaborado respeitando e considerando a norma técnica da CPFL GED 22 (Ocupação de Faixa de

Linha de Transmissão). No documento da CPFL consta na folha 3: "Os valores típicos das faixas de passagem das LTs da CPFL são de 30 metros, 15 metros para cada lado do eixo, para as linhas de 69, 88 e 138 kV" e nas folhas 4 e 5 consta: Benfeitorias não permitidas: "Feiras livres, festas locais, quermesses, calçadas ou passeios para pedestres ao longo do eixo da LT etc.". Lembrando: a empreiteira, a serviço da CPFL, responsável pela colocação das torres de Alta Tensão, informou que o ramal é de 138 KV. Consta na RN ANEEL 616 de 2014 a necessidade de estudos para linhas iguais ou maiores de 138 KV. Independente de estudos, deve haver faixa de segurança.

JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DE FREITAS - SANTOS

## DESCULPE, ERRAMOS

■ Ao contrário do publicado na legenda de uma das fotos da reportagem *Santos detalha obra na Ponta da Praia*, na página A-4 da edição de ontem, a audiência pública sobre o projeto de remodelação do bairro ocorreu no Clube de Regatas Vasco da Gama.

■ Chama-se Fábio Morgado o coordenador de Paisagismo da Prefeitura de Santos, diferentemente do que consta na reportagem *Prefeitura reforçará corte de grama*, na página A-4 da edição de ontem. No mesmo texto, o correto é informar que, de janeiro a março, a Ouvidoria registrou 11.992 ocorrências de modo geral.

## TRIBUNA LIVRE

**ADEMIR PESTANA**, Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, Vereador em Santos

# Dia da Liberdade em Portugal

25 de abril!!!

Por que comemorar essa data?

Ao longo dos anos percebemos que um dos mais importantes e marcantes acontecimentos da década de 1970, especialmente para os portugueses e seus descendentes espalhados pelo mundo, inclusive aqui em Santos, a restauração da Democracia de Portugal, ocorrida em 25 de abril de 1974, não é tão comemorada ou, pelo menos, destacada pela grande maioria das entidades portuguesas.

Fala-se do Dia de Portugal, que é o mesmo Dia de Camões (10 de junho), Dia da Comunidade lusobrasileira (22 de abril), comemorada na mesma data do Descobrimiento. Há o Dia da Etnia Portuguesa e por aí vai.

Mas, a democracia é a maior conquista de uma Nação e a Beneficência Portuguesa de Santos, uma casa de origem portuguesa com certeza, decidiu não apenas comemorar, mas enfatizar a importância dessa conquista a partir da Revolução do Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, e ressaltar a lusitanidade, essa qualidade peculiar do que, ou de quem é, ou ainda, de quem desce dos nativos lusitanos.

Todos devemos ter orgulho de nossas origens e, quando se fala em lusitanidade, vejo dois países, duas identidades, dois corações batendo com intensidade e respeito à cons-



trução da história de cada um.

A nossa lusitanidade deve ser comemorada diariamente para que brasileiros e portugueses não esqueçam que os laços que unem as duas nações são tão fortes que é impossível abordar a história do Brasil sem falar nos portugueses.

Ressaltar a democracia de um povo nunca é demais, principalmente quando ela nos diz respeito, e a conquista desse tipo de governo através do qual há que se respeitar a soberania popular é o grande tesouro de uma Nação, cujos guardiões somos nós, o povo.

Por essa razão, a Beneficência celebra o 25 de abril, porque, independentemente de opiniões e posições, a Revolução dos Cravos que eclodiu há 45 anos em Lisboa, capital portuguesa, tenha ela sido um golpe militar ou a união da popula-

ção civil com os militares, a vontade do povo prevaleceu.

O início da história de Portugal em busca da liberdade não difere da maioria das nações que lutaram pela Democracia, como o Brasil, por exemplo, mas seu desenrolar e ápice fogem totalmente do contexto e prática vivenciados por outros povos.

Nas ruas, o povo se uniu à manifestação militar cantando "Grândola Vila Morena" que ficou conhecida como o "Hino da Liberdade" ou "Hino da Revolução". Diante da massa na praça e dos policiais com armas ornadas com cravos vermelhos em punho, a pátria mãe do Brasil conquistou sua liberdade.

Deposto o governo da ditadura, o povo comemorou na praça cujo chão ficou vermelho, não de sangue e sim da flor que se tornou símbolo da vitória, o cravo vermelho, embora no país tivesse acontecido uma revolução.

Nós brasileiros, de forma diferente, é verdade, também reconquistamos a democracia pela qual temos que manter aguçado senso de responsabilidade por sua manutenção.

É pela soberania do povo que nós comemoramos o 25 de Abril, marco do início da Democracia de Portugal, assim como louvamos todos os dias o nosso Estado Democrático.